



O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa

DATA: 20 de Abril de 2009 [14h30-17h00]

LOCAL: Universidade de Évora

ORGANIZAÇÃO: IEEI e Universidade de Évora, com o apoio do Centro Europe Direct do Alto Alentejo

ORADORES: Miguel Rocha de Sousa, Departamento de Economia, Univ. Évora
Jaime Quesado, Gestor do Programa, POS_Conhecimento

COMUNICAÇÃO ESCRITA: *A Dimensão Económica e Social da União Europeia*, Jaime Quesado

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 45

RELATÓRIO

Esta conferência, dedicada ao debate da “Dimensão Económica e Social da União Europeia” (UE), centrou-se essencialmente na discussão da Estratégia de Lisboa. Quase dez anos após a sua elaboração, considerou-se que muitos objectivos não foram ainda alcançados, na medida em que continuam a registar-se padrões económicos e sociais muitos desiguais no espaço europeu, os níveis de intervenção dos grandes e dos pequenos Estados são, também eles bastante diferentes, e o Tratado de Lisboa ainda não foi formalmente adoptado pela UE.

Associados a essa temática, a capacidade de inovar e ao acesso à informação foram discutidos enquanto condições determinantes para que a participação dos cidadãos a nível europeu passe a registar índices mais elevados. A inovação, vector de competitividade, continua a registar em Portugal valores bastante baixos.

Foi também feita menção ao desajustamento entre a oferta e a procura no mercado europeu, pois há um excesso de diplomados em áreas como as ciências sociais e uma falta de licenciados nas áreas das tecnologias e das engenharias, o que revela a necessidade de proceder a um reajustamento no mundo do trabalho. Este desfazamento entre o ensino superior e o mercado laboral decorre, em parte, de uma reduzida articulação entre empresas e universidades, agravado pelas significativas dificuldades de financiamento da inovação. Neste sentido, referiu-se que é fundamental assumir a importância do financiamento para a inovação e, sobretudo, que uma Europa do conhecimento e da inovação só pode ser alcançada se houver mão-de-obra qualificada nas ciências e tecnologias, pelo que as próprias Universidades devem ser reorientadas para este fim.

Constatou-se que, em Portugal, seria necessário criar novas empresas, com conhecimento novo, de modo a dar origem a uma espécie de “clusterização endémica”, em áreas como a saúde/biotecnologia, automóvel/aeronáutica, tecnologias da informação, bem como apostar no *lifelong learning*, através da introdução de mecanismos que façam com que os indivíduos o sintam como uma necessidade permanente.

Debateu-se ainda a questão do paradoxo subjacente à sociedade do conhecimento em Portugal: se por um lado é importante modernizar o país, dotando-o de instrumentos tecnológicos, por outro, uma parte importante dos cidadãos ainda está pouco habilitada a usá-los. Este facto levou à constatação de que, nos últimos anos, os fundos europeus não foram aplicados da melhor forma, não havendo a preocupação de envolver as pessoas e de as formar. Perante a hipótese de ter havido uma falta de coordenação política e de haver uma falta de capacidade para fazer a economia nacional beneficiar destes apoios, falou-se na necessidade de rever a Estratégia de Lisboa, nomeadamente do ponto de vista das necessidades de cada país, e dos cidadãos em particular, sobretudo porque estes estão cada vez mais afastados das questões europeias.

A existência de uma verdadeira vontade política transformadora em Portugal foi também questionada, argumentando-se que não é possível motivar os cidadãos europeus para uma determinada causa se eles não souberem para onde vão nem de onde partem. Admitiu-se que os sistemas políticos europeus são, em geral, fechados e que os líderes demonstram pouca vontade em acelerar a mudança, uma vez que esta pode frequentemente constituir-se como factor que leva à auto-crítica dos próprios sistemas.

Mencionou-se, a este respeito, a importância dos sistemas políticos se auto-reciclarem e de serem desenvolvidas dinâmicas de mudança, o que poderá passar, em Portugal, pela nova geração de doutores e doutorandos.

Relativamente às parcerias público-privadas, mencionaram-se as já existentes, no domínio tecnológico, entre Portugal e países como Angola, Brasil ou Venezuela, embora tenha sido defendido que este é ainda um terreno onde se erguem muitos constrangimentos e problemas, nomeadamente ao nível da concorrência.